

Para europeus, Brasil pode prorrogar projeto

REALI JUNIOR
NOSSO CORRESPONDENTE

PARIS — Se houver necessidade, o Brasil não terá nenhuma grande dificuldade em prorrogar os projetos três e quatro, isto é, relativos à manutenção das linhas de crédito comerciais e interbancárias. Essa é a impressão dos meios financeiros europeus no momento em que o novo presidente do Banco Central, Antônio Carlos Lemgruber, reinicia, nos Estados Unidos, as negociações com meios bancários e instituições financeiras internacionais que se encontravam interrompidas desde fevereiro último. Pelo menos essa garantia o novo governo brasileiro já teria obtido caso não consiga concluir os acordos com o FMI e bancos comerciais no prazo previsto, final de maio, segundo o presidente do Banco Central. Isso em razão da crescente preocupação com a evolução política no País, provocada pela doença do presidente Tancredo Neves.

A fonte que traduziu ontem em Paris essa opinião dos meios bancários da Europa não esconde que essas mesmas áreas se mostram preocupadas com o setor bancário brasileiro, após os recentes escândalos envolvendo alguns importantes estabelecimentos de crédito do Brasil. Essa apreensão deve-se também a soluções para problemas desse tipo que o governo brasileiro se sinta tentado a dar em razão de pressões políticas, como foi o caso do grupo Sulbrasil.

Ainda em relação aos projetos três e quatro, lembra-se que quando as negociações foram interrompidas em fevereiro, as linhas comerciais e interbancárias foram prorrogadas até o fim de maio, sendo possível que haja uma nova prorrogação, o que evitará dificuldades suplementares de caixa como já ocorreu no passado, obrigando contatos a nível de governo, na mais alta hierarquia, para socorrer uma nova emergência brasileira. Essa prorrogação se dará caso as negociações que estão sendo iniciadas agora com o FMI não forem concluídas até o final de maio.

Certas áreas consideram que apesar da evolução francamente favorável da situação do México, o problema da dívida da América Latina continua sendo da maior gravidade em razão da situação de outros países latino-americanos, principalmente Argentina e Brasil. No caso brasileiro, as preocupações se agravaram ainda mais após os problemas de saúde do novo presidente, Tancredo Neves. Ao contrário do que acredita Antônio Carlos Lemgruber, isto é, que as negociações estarão concluídas até maio, certas áreas financeiras internacionais estão convencidas de que a doença de Tancredo poderá atrasar ainda mais, de algumas semanas e possivelmente alguns me-

ses, a conclusão de um acordo com o FMI e com os bancos comerciais.

É por isso que já indicam a disposição de prorrogar, se necessário, os projetos três e quatro para evitar um colapso. O atraso dessas negociações aumenta também a possibilidade de o Brasil se achar, de fato, diante da incapacidade de aplicar uma política de rigor e austeridade exigida pelo Fundo para combater eficazmente a inflação e restabelecer o equilíbrio de seu balanço de pagamentos. Também a Argentina poderá encontrar-se em situação idêntica.

Os banqueiros europeus lembram que na semana passada em Viena, durante a reunião anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento, o representante brasileiro, o diretor do Banco Central, Sérgio de Freitas, provocou reações e comentários quando citou como exemplo comparativo o fato de que enquanto os países industrializados não transferem para os países em desenvolvimento nem sequer os 0,7% de seus respectivos PNB, o Brasil, só no ano passado, transferiu para o Exterior, isto é, para os países industrializados, mais de 4% de seu Produto Nacional Bruto.

Para Sérgio de Freitas a situação não pode perdurar eternamente. Essa declaração foi interpretada como a manutenção do desejo de certas áreas próximas do novo governo brasileiro (apesar das garantias dadas pelo ministro Francisco Dornelles ao FMI e comunidade financeira Internacional de quem insistirá no mesmo tipo de negociação iniciado pelo governo anterior) de caminhar para uma negociação política da dívida. Ela poderia ser desenvolvida paralelamente, através de negociações bilaterais com os nossos principais credores, através do ministro do Exterior, Olavo Setúbal.

Por enquanto, tanto o FMI como os banqueiros norte-americanos e mesmo o governo dos EUA, ao contrário de alguns governos europeus, permanecem intransigentes, sem ceder aos pedidos para tornar mais flexíveis as condições atuais para renegociar as dívidas dos países em desenvolvimento. Mas, junto aos credores a ótica nem sempre é a mesma. Tanto os europeus como os norte-americanos não ignoram que devedores como o Brasil e Argentina se acham na total impossibilidade de reduzir fortemente a inflação, pelo menos nos níveis exigidos. Mas na Europa, principalmente junto a certos banqueiros alemães, suíços e franceses, admite-se, por exemplo, a tese de capitalização parcial dos juros, o que é inadmissível para os norte-americanos. É por isso que apesar de sinais positivos do México, existem banqueiros, aqui na Europa que chegam a acreditar que "1985 poderá ser um ano ainda pior que 1984".